

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 820 - de 10 de janeiro a 1 de fevereiro de 2018

## ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!



**JULGAMENTO** EM 24/01, MAIS UM PASSO NA OFENSIVA PARA IMPEDIR A CANDIDATURA DO PT





**ESPECIAL**  
**CONFÊRENCIA EM ARGEL**  
Cobertura completa da  
9ª Conferência Mundial Aberta  
contra a guerra e exploração  
(pgs. 5, 6, 7 e 8)

# UBES defende direito de Lula ser candidato

## Secundaristas realizam Congresso em Goiânia

Em dezembro passado ocorreu o 42º congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) em Goiânia, reunindo 2.517 delegados.

A dura realidade das escolas com problemas graves de estrutura, piorada desde o início do golpe, deve agravar-se em função da emenda constitucional 95 que congela por 20 anos os investimentos em educação e outras áreas sociais.

A isso vem somar-se a aprovada reforma do ensino médio que lança os chamados “itinerários formativos”, uma redução da qualidade das matérias e dos professores. Durante o congresso, mais de 5 mil estudantes marcharam na capital goiana para denunciar os projetos da “Escola sem Partido” e apresentar as suas pautas e reivindicações.

### “UBES é pra lutar”

A Juventude Revolução (JR) impulsionou a tese “UBES é pra lutar!”, que foi discutida em várias escolas e agrupou estudantes que avaliaram necessário que a UBES encabece a luta em defesa da educação pública.

A tese colocou no centro a necessidade de saída política, com a eleição de Lula, que tem base social para vencer nas urnas e convocar uma Constituinte Soberana que revogue as contrarreformas dos golpistas e

abra a via para reformas populares e medidas como a desmilitarização da PM, a legalização do aborto, o passe livre em todo o território nacional.

Uma resolução que defende o direito de Lula ser candidato foi adotada no congresso, afirmando que o “movimento social precisa apontar caminhos para derrotar as reformas impopulares e a crise institucional apresentadas pelo governo Temer, como a convocatória de uma Constituinte Soberana e Democrática que possa vir a realizar um referendo revogatório das reformas impopulares, ou seja, avaliar saídas que conclamem o povo a participar da política e derrotar a agenda neoliberal”.

### Chapas disputaram a direção

Sobre a base desses pontos, formou-se uma chapa ampla no congresso com estudantes representando diversas teses e organizações. Foi a Chapa 3 (UJS, CNB, DS, JSB, EPS, PDT, JR, LPJ) que disputou com outras duas chapas – a chapa 1 (AE) e a chapa 2 (PCR, PPL, Rua, juntos, UJC, CST). Os resultados finais foram de 21 votos na chapa 1, 391 votos na chapa 2 e 2.101 votos na chapa 3.

Registre-se que a autodenominada “oposição de esquerda” na UBES (PSOL/PCR/PCB) aliou-se ao PPL (antigo MR8) que vocifera pela prisão de Lula e exalta a Lava Jato. Já a

Articulação de Esquerda repetiu o isolamento do congresso da UNE, mesmo sem uma diferença política significativa no teor das resoluções.

No quadro da chapa 3, a JR elegeu Raquel Gomes, do Distrito Federal, para a direção plena da entidade.

Agora é organizar a volta as aulas com muita luta para resistir aos ataques do governo golpista e mobilizar contra o aumento da passagem que ocorre em diversas cidades do país.

Luã Cupolillo



Tomou posse no dia 14 de dezembro a nova gestão do DCE da USP “Nossa Voz”, depois de esmagadora vitória nas eleições em novembro último, que derrotou o PSOL, há 10 anos na gestão.

Composta por militantes do Balaio (núcleo de estudantes petistas da USP), militantes da JR, do Levante e da UJS, o ato de posse foi também um ato político em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e também do direito de Lula se candidatar, marcando a retomada do DCE da USP para a luta democrática, da qual ficou ausente no último período. Centenas de estudantes da USP lotaram a sala do Estudante na faculdade de direito no Largo São Francisco para prestigiar o evento que contou com a participação de diversas entidades como a UNE, a CUT, o MST, além de representantes do PT (como a presidente Gleisi Hoffman), do PC do B e outras organizações.

# PEC 181 quer proibir aborto em qualquer caso

## Projeto atinge milhares de meninas vítimas de estupro

No Brasil 4.262 crianças se tornaram mães em decorrência de estupro entre 2011 e 2016. São meninas entre 10 e 14 anos. Para 73% delas, o estupro teve caráter repetitivo e em 68% dos casos a violência se deu no ambiente doméstico.

Já entre adolescentes entre 15 e 19 anos, no mesmo período, o número é ainda maior: 6.201 gestações resultantes de estupro.

São números divulgados por pesquisa do Ministério da Saúde ao final de 2017 e se referem apenas a gravidezes que não foram interrompidas de forma natural ou induzida.

Atualmente a lei dá a essas meninas o direito ao aborto. No Hospital Pérola Byngton, centro de referência em saúde da mulher em São Paulo, dos 705 abortos realizados entre 1995 e 2008, 27% foram em meninas de 12 a 17 anos.

Mas o número de abortos realizados no SUS mostra que, tanto para crianças e adolescentes, como para



mulheres em geral, a maior parte de gravidezes interrompidas acontece de forma clandestina, insegura, e fora das estatísticas.

Em 2014, um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) chegou a conclusão que 81,4% das adolescentes vítimas de violência sexual não realizaram o aborto pelo SUS. Entre as mulheres adultas o número também é alto, 67,4%.

### Retrocesso piora ainda mais a situação

É essa imposição de sofrimento e de risco à vida de meninas e mulheres que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de número 181 quer piorar ainda mais. Se ela for aprovada, fica proibido, na Constituição, o aborto em qualquer caso!

Mesmo nos casos em que a gestante tenha sido estuprada, como é em 94% dos abortos legais realizados no Brasil. Mesmo nos casos em que uma criança de menos de 14 anos tenha sido estuprada e vá precisar abandonar seus estudos, cuidar de outra criança. Mesmo nos casos de anencefalia, nos quais a mãe vai passar pela dor de carregar por meses um filho que ela sabe que morrerá ao nascer. E mesmo em casos nos quais manter a gravidez significa risco de morte para mãe - e

para o próprio feto junto.

Em discussão na Câmara dos Deputados, a PEC tratava originalmente da ampliação do direito materno: aumentava o direito de licença em casos de nascimento prematuro.

Mas os deputados deram um jeitinho de incluir no projeto que a Constituição passaria a definir que a vida já começa na concepção.

As mudanças foram feitas pelo relator, Jorge Mudalen (DEM-SP). A “inviolabilidade da vida humana a partir da concepção” impediria, logicamente, qualquer aborto, mas se baseia em entendimento religioso, o que não deveria ser o caso num estado laico.

Enquanto isso, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada dois dias uma mulher morre por complicações decorrentes de aborto ilegal.

É urgente impedir o avanço da PEC 181, para avançar na luta pela legalização do aborto para qualquer mulher.

Priscilla Chandretti

# Sim, eleição sem Lula é fraude!

O ano de 2018 se inicia com o julgamento em segunda instância do recurso de Lula, marcado pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4) de Porto Alegre para 24 de janeiro.

Prepara-se a continuidade da farsa judicial que começou com a condenação proferida pelo juiz Sérgio Moro, sem qualquer prova, em primeira instância. É a continuidade da marcha à ditadura do Judiciário, que passou pelo golpe iniciado em 2016 com o impeachment de Dilma. É o vale-tudo para impedir que o povo brasileiro decida de forma soberana e democrática quem quer ver à frente da presidência da República.

A previsível confirmação da condenação de Lula em Porto Alegre (senão porque acelerar o julgamento do recurso e passar o seu caso adiante de outros mais antigos?), só virá a confirmar o "estado de exceção" em que a nação brasileira foi mergulhada por golpistas a serviço dos interesses dos grandes capitalistas associados ao imperialismo.

Eles querem impedir Lula de disputar as eleições porque sabem que o povo trabalhador deposita na sua candidatura a esperança de reverter os ataques do governo Temer aos direitos trabalhistas e impedir o ataque aos direitos previdenciários, reverter o processo de entrega de nossos recursos energéticos e

naturais às multinacionais, como no caso do Pré-sal e da Petrobras, recuperar os salários, descongelar os investimentos públicos em saúde e educação, avançar nas reformas populares necessárias (agrária, urbana, tributária etc).

Isso é inaceitável para o imperialismo e seus fantoches locais, ainda mais que o governo Temer, recordista de impopularidade, e os partidos que o apoiam, vão de crise em crise sem conseguir um candidato "competitivo" para enfrentar Lula.

## FARSA JUDICIAL VISA PREPARAR A FRAUDE ELEITORAL

De hoje a 24 de janeiro, em todo o país, se prepara a luta que vai marcar todo ano de 2018, e que começa por garantir o direito de Lula ser candidato.

Os milhares que se manifestarão em Porto Alegre, nas capitais e outras cidades, iniciam o combate para impedir a fraude, garantir a vitória de Lula e sua posse, para que um novo governo do PT, devolvendo a palavra ao povo, através de uma Constituinte Sobe-

rana, reverta os ataques do governo golpista e avance na conquista da soberania nacional.

Seja qual for o veredicto do TRF-4, mais uma peça dessa perseguição política, o PT anuncia que lançará a candidatura de Lula. E, realmente é o que deve ser feito. Sim, porque eleição sem Lula é fraude e por isso mesmo não há o "plano B", desejado por alguns setores, e tão especulado pela grande imprensa.

A demonstração de força popular em defesa de Lula contra seus perseguidores injetará mais energia no combate dos trabalhadores de norte a sul do país para impedir a contrarreforma da Previdência, que os golpistas tentam colocar a voto na Câmara dos Deputados em 19 de fevereiro. "Se botar para votar, o Brasil vai parar" é uma orientação que mantém toda sua atualidade.

Anuncia-se um ano de 2018 de intensificação da luta de classes, o que exige o reforço da organização independente dos trabalhadores, portanto do PT e da CUT, e a ampla unidade com os movimentos populares, da juventude e com todos os setores dispostos a reestabelecer a soberania popular e nacional no Brasil derrotando o governo Temer e seus aliados nas ruas e depois nas urnas com Lula presidente.

## REGINA DE SENA (1952-2017) PRESENTE!

Nossa camarada Regina Benedita Silva de Sena morreu em 11 de dezembro. Publicamos abaixo um trecho da homenagem que lhe foi prestada num ato - ao qual O Trabalho e o Secretariado Internacional da 4ª Internacional enviaram mensagens - no dia 15 de dezembro de 2017, na Cidade do México, onde morava.



"Uma guerreira, como registram algumas mensagens recebidas, uma lutadora no terreno dos interesses da classe trabalhadora, no combate à discriminação racial, no combate por um mundo melhor.

Estudante na Universidade de São Paulo, afirmou sua personalidade integrando o sindicato estudantil, lutando contra a ditadura militar. Enfermeira de profissão, construiu o Sindicato de Enfermeiros, o qual presidiu várias vezes. Participou na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da qual foi dirigente no estado, de 1984 a 1987. Foi dirigente do Sindicato de Servidores Municipais da cidade, onde foi a secretária de saúde do trabalho.

O combate por defender os interesses dos trabalhadores a trouxe às fileiras da seção brasileira da 4ª Internacional e a participar de iniciativas como o Tribunal Internacional contra o pagamento da Dívida Externa (Lima, Peru, 1979) e a 5ª Conferência Mundial Aberta, organizada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.

Em 2005, ela aceitou prosseguir seu trabalho na seção mexicana da 4ª Internacional, deixando a seção brasileira na qual ocupou também um papel de direção.

Ela se foi. Uma queda, um ferimento no joelho, provocou uma trombose que a destruiu. Mas há que precisar que o sistema de saúde, as instituições de saúde tem responsabilidade

Regina se foi, deixando-nos valiosos ensinamentos: suas posições por instituições públicas de saúde de qualidade para todos, seu profissionalismo no terreno político, seu trabalho organizador, seu engajamento na defesa de sua cor frente ao racismo imperante em nosso país.

Camarada Regina, estás e estarás conosco. Viva a 4ª Internacional!"

## Memória

### DITADURA ATACA O PT E QUER PRENDER LULA

É certo que a legalização do PT não será uma tarefa fácil. São imensos os obstáculos que a burguesia, e a ditadura militar, têm colocado desde o início para a sua construção. Mas, em dezembro do ano passado, o Tribunal Eleitoral foi obrigado a conceder ao PT o registro provisório, frente ao preenchimento de todas as formalidades legais, e à existência de dezenas de milhares de trabalhadores que se filiaram num curto espaço de tempo. Agora, o PT prepara-se para conquistar sua legalização definitiva. Por isto a ditadura, temerosa frente a este processo de organização independente, mantém seus ataques: Lula, Jacó Bittar, assim como outros dirigentes sindicais, encontram-se processados na Lei de Segurança.



O Trabalho nº 90 - 14/1/1981

### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](https://www.facebook.com/jornalotrabalho)

Diagramação: Mariana Waechter

# Alerta: greve geral se for a voto a Previdência

Sob pressão do “mercado”, Temer e Maia querem votar em 19 de fevereiro

Apesar das dificuldades para assegurar os 308 votos necessários para aprovar em primeira votação na Câmara dos Deputados (depois iria ao Senado) o desmonte da Previdência, o governo Temer e o presidente da casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda não jogaram a toalha.

As dificuldades se devem à impopularidade da contrarreforma e do próprio governo e tem suas raízes na greve geral de 28 de abril de 2017, que evidenciou a disposição de luta da classe trabalhadora para defender as aposentadorias.

Sob pressão do capital financeiro, que projeta lucros bilionários com a restrição às aposentadorias que iria turbinar planos de previdência privada dos bancos, os golpistas agem abertamente na compra de deputados – no fechamento desta edição uma nova bolada de 10 bilhões foi liberada para sensibilizá-los – para tentar atingir o quórum exigido para uma emenda constitucional.

O que pode ir a voto em fevereiro, com o debate iniciando no dia 5 e a votação prevista para o dia 19, é a versão “desidratada” da PEC 287 do seu relator Arthur Maia (PPS-BA).

Tal versão, mantendo as idades mínimas de 65 anos para homens e 62 para mulheres e ampliando o tempo de contribuição para o acesso às aposentadorias, continua totalmente nociva aos interesses dos trabalhadores dos setores privado e público, do campo e da cidade.

**“Se botar para votar, o Brasil vai parar”**

Orientação que segue vigente e que exige da CUT e do conjunto dos sindicatos que desde já mobilizem suas bases para a greve geral caso se confirme a votação da contrarreforma previdenciária.

Greve geral que deve se dar antes de um eventual dia da votação na Câmara, pois está claro que o governo e suas lideranças só a pautarão se tiverem assegurados os votos necessários. Assembleias nas bases sindicais devem colocar todas as



categorias em estado de alerta desde já e preparadas para parar o Brasil assim que uma data for confirmada.

Da mesma forma que o trabalho de pressão sobre os parlamentares nas suas bases eleitorais e aeroportos, que CUTs estaduais e sindicatos fizeram em 2017, deve intensificar-se neste início do ano.

O desdobramento da situação política no país, centrada no julgamento de Lula no TRF de Porto Alegre em 24 de janeiro, vai incidir, é claro, na

votação ou não da PEC da Previdência em fevereiro.

Os golpistas imaginam que uma condenação em segunda instância de Lula facilitaria a tramitação da contrarreforma. Mas, da mesma forma que os trabalhadores não aceitam perder suas aposentadorias, não aceitarão uma decisão judicial manipulada e reafirmarão que “eleição sem Lula é fraude”.

Julio Turra

## Retomar o ANDES das mãos do sectarismo

Chapa “Renova ANDES” em construção no congresso de Salvador

O Congresso do ANDES-SN (docentes 3º grau) ocorre de 22 a 28 de janeiro em Salvador. Será um “congresso eleitoral”, pois nele se farão as pré-inscrições das chapas para as eleições sindicais de abril.

Mais uma vez, a preparação congressual se deu à margem das grandes lutas do povo brasileiro, num momento em que o golpismo busca consolidar-se através da condenação de Lula no TRF-4 de Porto Alegre, para seguir implementando as contrarreformas “prometidas” por Temer ao grande capital.

Sobre a pauta de lutas, o problema da greve geral diante da votação do desmonte da Previdência surge nas contribuições da diretoria na costureira forma da denúncia de outras direções, em particular da CUT, pela desmarcação da paralisação de 5 de dezembro (quando não houve votação da Previdência, prevista agora para 19 de fevereiro).

Outra questão, como a resistência ao assédio do MPE, PF e Judiciário contra as universidades (casos da UFSC e UFMG), a preparação da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) e o reforço do Movimento Ciência sem Cortes

não parecem preocupar a direção. Tampouco há nada de novo no que diz respeito à luta salarial ou pela carreira docente.

**Derrotar orientação sectária**

É esse estado de coisas, provocado pela orientação da direção sindical amarrada à CSP-Conlutas, que se reflete na insatisfação na base da categoria e que tem tido no Fórum Renova ANDES um veículo de expressão. Com efeito, o Renova se esforçou para apresentar resoluções sobre todos esses temas, tendo como horizonte o reatamento do ANDES-SN com a maioria da classe trabalhadora, os movimentos populares e as organizações estudantis e de juventude, dos quais o sindicato está há muitos anos isolado.

Um efeito da orientação sectária que domina o ANDES-SN é a intolerância com que a diretoria e seus apoiadores tratam todos aqueles que não rezam por sua cartilha. Agora mesmo está em curso uma ofensiva para estigmatizar o Renova como uma operação “de fora”, ligada ao PROIFES. Campanha caluniosa que mostra que a diretoria tenta escapar das discussões de conteúdo acerca de sua política. A categoria, porém, já mostrou que está cansada disso, como demonstra a vitória de chapas apoiadas pelo Renova em várias ADs nos últimos meses.

O movimento de renovação do ANDES-SN, focado na luta por um sindicato para todos os docentes, tem atraído professores independentes e de distintas sensibilidades políticas,

como aqueles ligados à Consulta Popular, PCdoB e ao PT, cujo Setorial Sindical, aliás, orienta os docentes filiados a apoiar e reforçar o Renova.

Na base desse esforço, o Fórum Renova ANDES se propõe a lançar uma chapa para concorrer às eleições sindicais. Para tanto, realizará no dia 23 de janeiro, no local do Congresso (UNEB, em Salvador) sua convenção eleitoral para a qual está convidando todos os docentes que queriam integrar-se ao movimento de renovação do ANDES-SN.

Conheça as propostas do Renova no Blog <https://renovaandes.org/>, declare seu apoio através do e-mail [renovaandes@gmail.com](mailto:renovaandes@gmail.com).

Eudes Baima

# Renova ANDES



## CONFERÊNCIA MUNDIAL ABERTA CONTRA A GUERRA E A EXPLORAÇÃO

Reuniram-se na Argélia, entre 8 e 10 de dezembro, 230 delegados de 42 países

Por iniciativa do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT) e organizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) da Argélia (país do norte da África), realizou-se com sucesso a 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) contra a guerra e a exploração.

O Diálogo e Ação Petista (DAP), agrupamento de militantes do PT que participou ativamente na preparação dessa conferência, sendo aderente do AcIT desde a sua formação, apresenta nesta e nas próximas três páginas especiais os seus resultados.

### A delegação brasileira

A convocatória para a conferência foi lançada há um ano e recebeu a adesão de cerca de 700 militantes e dirigentes políticos e sindicais de 60 países de todos os continentes, dentre os quais 26 do Brasil (sindicalistas, parlamentares, dirigentes políticos e de movimentos populares).

As delegações foram preparadas com o critério de autofinanciamento e em vários

países, como no nosso, campanhas financeiras foram realizadas para cobrir os custos da viagem e para contribuir com o fundo internacional de solidariedade, criado para ajudar delegações com maiores dificuldades para cobrir os seus gastos.

A delegação brasileira foi composta por nove companheiros: Luís Eduardo Greenhalgh, representando o PT; Vicentinho, deputado federal do PT (SP); Misa Boito, da executiva do PT-SP; Markus Sokol, da executiva nacional do PT, André de Sena, militante petista do DAP; Paulo de Farias, dirigente da CUT-RS; Edvaldo Pitanga e Jurandir Liberal, dirigentes da Confederação Democrática dos Servidores Federais (CONDSEF-CUT) e Julio Turra, representando a CUT e também membro da coordenação do AcIT.

Nesta edição especial registramos o desenrolar da conferência, realizada em Zeralda, município da “willaya” (província) de Argel, publicamos sua Declaração final na íntegra e o depoimento de delegados e delegadas de distintos países.

**acordo  
internacional dos  
trabalhadores  
e dos povos**

### DELEGAÇÕES PRESENTES NA 9ª CMA:

África do Sul (Azânia), Argélia, Alemanha, Benin, Brasil, Burkina Faso, Camarões, Chade, Chile, Costa do Marfim, Congo, Cuba, Espanha, Federação da Rússia, França, Gabão, Guadalupe, Guiné, Ilha Maurício, Iraque, Irã, Líbano, Mali, Martinica, México, Níger, Palestina, Peru, Portugal, República Democrática do Congo, Reunião, Senegal, Sérvia, Suécia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Ucrânia e Venezuela.

Delegações de três países não puderam chegar à Argélia: Bélgica (em função de greve no país), Haiti (recusa de visto de trânsito na França) e Marrocos (situação política tensa no país).

## DEFESA DE LULA PRESENTE NA 9ª CMA

Moção é endossada por 150 delegados de 30 países

No decorrer da conferência, dentre os mais de 80 oradores, tomaram a palavra Luiz Eduardo Greenhalgh, Vicentinho e Julio Turra. A delegação brasileira circulou entre os delegados – de acordo com o estabelecido na abertura da CMA, pois só a declaração final seria votada, com uma moção sobre Palestina nela integrada (ver pag. 7) - uma moção contra a perseguição política e judicial a Lula e pelo seu direito de disputar a presidência do Brasil.

Apenas chegada de retorno a delegação brasileira dirigiu-se novamente aos coordenadores do AcIT, através da carta reproduzida abaixo de Luiz Eduardo, dando conta do julgamento de Lula em 2ª instância marcado para 24 de janeiro e pedindo o reforço da solidariedade internacional contra esse atropelo à democracia e à justiça. De imediato o PT da Argélia enviou a sua mensagem solidária ao PT brasileiro e o AcIT divulgou a carta a seus aderentes:

**“À companheira Louisa Hanoune, ao companheiro Dominique Canut  
Coordenadores do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos**



Luiz Eduardo Greenhalgh

Em nome da delegação brasileira à 9ª Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, dirijo-me a vocês para pedir apoio à uma batalha que teremos nas próximas semanas no Brasil.

Numa aceleração inédita de prazos, o Tribunal Federal Regional de Porto Alegre (TRF-4), responsável pela apreciação do recurso do companheiro Lula contra sua condenação, sem provas, feita em primeira instância pelo juiz Sérgio Moro, marcou para o próximo 24 de janeiro, o julgamento de seu recurso.

Tal aceleração – marcando-se o

juízo num período de recesso do Judiciário e de certa desmobilização dado o transcurso do Natal, a passagem do ano, o verão e as férias escolares – é mais uma prova da má-intenção desta farsa judiciária, desta ofensiva política contra nosso partido e contra o direito de Lula se apresentar como candidato presidencial nas eleições de outubro de 2018.

Em reunião do nosso Diretório Nacional, nos dias 15 e 16 de dezembro, lançamos os Comitês Populares em Defesa da Democracia e do direito de Lula ser candidato, e adotamos um calendário de mobilização que culminará com uma atividade “Rumo a Porto Alegre” (cidade sede do TRF 4) no dia 24 de janeiro próximo.

A moção que apresentamos durante nossa Conferência em Argel, assinada por cerca de 150 delegados(as) provenientes de mais de 30 países, afirmou que “Não aceitamos as medidas arbitrárias e ilegais tomadas contra ele [Lula], já que as acusações carecem de provas e os acusadores proclamam publicamente que contra ele provas não fazem falta porque basta a convicção dos juizes”.

É, portanto, para a confirmação de uma condenação antecipada e sem provas que se encaminha a decisão do julgamento.

Neste sentido, nos dirigimos ao AcIT para que faça chegar a todos os participantes da Conferência de Argel nosso pedido de reforço da solidariedade à nossa luta.

Pedimos o envio de moções “em defesa do direito de Lula se apresentar como candidato, em defesa da Democracia e da Justiça”, contra mais este ato de arbítrio que se prepara para o dia 24 de janeiro.

Aproveito para informar que durante a reunião do Diretório Nacional do PT dei conhecimento a todos os membros da Declaração que aprovamos na Conferência de Argel.

Certos de contarmos com o vosso apoio, atentamente.

**São Paulo,  
19 de dezembro de 2017**

**Luiz Eduardo Greenhalgh**

**Secretário adjunto da Secretária  
de Relações Internacionais do PT”**

# OS DEBATES NA CONFERÊNCIA

## Três dias que mostraram a unidade dos problemas que enfrentamos

**A** Conferência Mundial Aberta Contra a Guerra e a Exploração iniciou-se um dia após o anúncio feito por Donald Trump de transferir a embaixada dos Estados Unidos em Israel de Tel Aviv para Jerusalém.

Na abertura dos trabalhos Luísa Hanoune (PT Argélia) transmitiu aos 230 delegados o conteúdo das declarações que havia dado na coletiva de imprensa que acabara de ocorrer com membros da coordenação do AcIT: “As provocações de Trump contra a Palestina confirmam as contradições evocadas na convocatória desse nosso encontro: todo o sistema imperialista está em decomposição política”.

Provocação que, na própria conferência, foi respondida pela afirmação da determinação do povo palestino de seguir lutando por liberdade, soberania, pela terra e o direito ao retorno, explicitada por delegados palestinos. Uma moção particular repudiando a provocação de Trump e apoiando a luta palestina foi integrada à Declaração final adotada no terceiro dia da conferência (ver página 7).

A política de Trump, para além da Palestina, traduz a crise mundial do imperialismo que o leva a aumentar seus ataques aos trabalhadores e povos, a provocar guerras em benefício de grandes empresas que competem para pilhar as riquezas das nações.

### Pilhagem e “guerra ao terrorismo”

Em sua intervenção a secretária geral da União dos Sindicatos Livres de Camarões falou sobre a situação na África: “Na República Democrática do Congo, de 1996 a 2003, as guerras causaram 6 milhões de vítimas. A Monusco (missão da ONU) está lá há 18 anos e nunca se recuperou a paz. O que há por trás dessas guerras? O país detém 60% das reservas mundiais de coltán (nióbio e tânta-

lo), mineral estratégico para novas tecnologias. É a razão porque multinacionais como Nokia, Alcatel, Apple ou Nikon financiam a guerra de Kivu (região do Congo).

São os mesmos trustes, como disseram delegados europeus, que nos países imperialistas provocam “reestruturações”, demissões em massa, pressionando por redução de direitos sociais e trabalhistas. E que, para tanto, querem destruir a independência das organizações sindicais para minar a resistência dos trabalhadores.

Um delegado da Confederação Geral dos Sindicatos Livres de Níger afirmou que em seu país: “Bases francesas e dos EUA enviam drones armados para sobrevoar o território em nome da luta contra o terrorismo. O Níger tem urânio, ouro, petróleo, explorados por empresas estrangeiras isentas de impostos, enquanto a dívida externa asfixia o país e a miséria e falta de futuro empurram jovens a redes como “Boko Haram” (grupo islâmico)”.

O delegado do sindicato de professores da União Geral de Trabalhadores da Tunísia, insiste: “A guerra contra o terrorismo serve para esconder outra guerra: a guerra social. Em minha cidade, Kaserim, caíram 22 mártires da revolução tunisiana que derrubou Ben Ali. Hoje a realidade de Kaserim é a militarização para reprimir os movimentos sociais”.

A “guerra contra o terrorismo”, explicou um sindicalista do Senegal, provoca também o êxodo maciço de jovens “empurrados ao suicídio no deserto ou nas águas do Mediterrâneo, se escapam são capturados como escravos ou perseguidos nos países onde chegam”.

### Ofensiva contra os direitos

Nessa ofensiva contra os direitos



Sessão plenária de um rico debate (no canto direito, membros da delegação brasileira)

dos trabalhadores e dos povos vale tudo. Como explicaram os delegados brasileiros, vale inclusive o golpe de Estado “institucional” que derrubou Dilma para “impor a privatização de tudo, a destruição de direitos trabalhistas e previdenciários”. Um golpe contra a soberania popular e nacional que continua com a perseguição judicial a Lula para impedir sua candidatura à presidência em 2018.

Na Venezuela, explicou Raúl Ordóñez, depois da instalação da Assembleia Constituinte e dos resultados das eleições regionais que reforçaram o governo Maduro, “os EUA impõem um bloqueio financeiro, médico e alimentar para derrubá-lo”.

No centro dessa ofensiva está a tentativa dos governos de disciplinar ou associar a seus planos as organizações sindicais através do chamado “diálogo social”. Um sindicalista da França explicou que: “Os decretos-lei de Macron passaram, e é preciso dizer que graças à margem de manobra que lhe deram as direções do movimento operário sob pretexto de evitar o pior”.

Ao mesmo tempo, em todos os países, no interior de suas organizações, militantes se levantam para defender a independência sindical, como apareceu nas intervenções de companheiros da Argélia, África do Sul, Romênia ou Alemanha, cuja situação, explicada por um delegado do sindicato Ver.di, é de “fracasso eleitoral conjunto da CDU (partido de Merkel) e do SPD (social-democracia) expressa a recusa às políticas desenvolvidas desde 2010, em particular da grande coalizão CDU-SPD. Na Alemanha tudo se concentra no fato que é proibido fazer greve contra decisões estratégicas de uma empresa ou contra decisões de governo. Mas

em 2017 impusemos uma greve de todas as empresas aeroportuárias (serviço de terra) e arrancamos uma nova convenção coletiva”.

Todas as intervenções sublinharam a necessidade de preservar ou reconquistar a independência das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores, pois “quando se transige com a burguesia, a catástrofe está garantida”, como disse um delegado francês.

Assim, ninguém podia prever a situação na Catalunha, mas é certo que o povo catalão não resolverá o problema por si só. Como explicou um delegado da Espanha “é a classe operária unida em toda a Espanha contra o regime da Monarquia e sua política, o que poderá dar satisfação às reivindicações sociais e democráticas e impor a solução da República”.

### Formar um comitê internacional de ligação

Nos três dias da conferência se desenvolveu, portanto, um debate entre os delegados sobre a base de sua experiência concreta na luta de classes. Uma mesma convicção reforçou-se na discussão: a necessidade do intercâmbio de pontos de vista, de experiências de luta, poderá, através de um internacionalismo ativo, ajudar a organizar a resistência em cada país, ajudar a classe trabalhadora a abrir uma saída.

Daí a importância da proposta, recebida por todos os delegados com aprovação, de se constituir, neste início de 2018, um comitê de ligação internacional entre representantes de todos os países que se engajaram na preparação e na realização exitosa da 9ª Conferência Mundial Aberta do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos.



Deputado federal Vicentinho e o dirigente do PT Markus Sokol

# DECLARAÇÃO FINAL

A situação está marcada por enormes convulsões mundiais, numa crise sem precedentes da dominação imperialista que abre a via para aventuras das mais perigosas para a humanidade.

Governos e regimes, ainda que frágeis e em crise, atacam os trabalhadores e os povos oprimidos para preservar o sistema capitalista.

Logo no início da sua sessão plenária, a conferência adotou por unanimidade e de forma solene a seguinte resolução:

“Nós, 230 delegados reunidos na 9ª Conferência Mundial Aberta do AcIT, que foi apoiada por cerca de 700 dirigentes políticos e sindicais e por militantes anti-imperialistas de 60 países, repudiamos de forma veemente a provocação de Donald Trump com a sua decisão anunciada de transferir a embaixada estadunidense de Tel Aviv para Al Quds (Jerusalém) ocupada, visando torná-la a capital do Estado hebreu. Nós afirmamos nosso apoio incondicional ao povo palestino em sua luta pela recuperação de seus direitos nacionais”.

Ao longo de toda a conferência, os oradores saudaram o combate do povo palestino por seus direitos inalienáveis. Muitos dentre eles ressaltaram a pesada responsabilidade das instituições internacionais e, por trás de “lágrimas de crocodilo”, dos regimes e governos reacionários do Oriente Médio.

**“No momento em que os governos imperialistas atacam os povos oprimidos, e para tanto aumentam seus gastos militares, em nome da crise esses mesmos governos buscam destruir todas as conquistas dos trabalhadores nos países imperialistas.”**

Os participantes da conferência chegaram a uma mesma conclusão. Os trabalhadores e povos oprimidos estão confrontados, em toda a parte, com uma crise terrível que é resultado da decomposição do sistema capitalista. E resistem com determinação.

Sob pretexto de “luta contra o terrorismo”, guerras imperialistas que desagregam nações e semeiam o caos se generalizam, a serviço de grandes multinacionais que se jogam numa feroz concorrência pela pilhagem dos recursos naturais e das matérias primas.

Guerras que jogam milhões de



Mesa que dirigiu os trabalhos, ao centro Luísa Hanoune, ladeada de Julio Turra e Dominique Canut

trabalhadores e jovens nas rotas do êxodo. Enquanto isso, os governos imperialistas atacam os povos oprimidos, aumentando os orçamentos militares, e, em nome da crise, tentam destruir todas as conquistas dos trabalhadores nos próprios países imperialistas.

Essa ofensiva desagregadora das nações por parte do imperialismo se expressa também na política de “golpe de Estado” no Brasil e nas ameaças contra a Venezuela.

É preciso constatar que a opressão colonial e imperialista se perpetua e se agrava, com a cumplicidade de regimes preocupados em preservar seus vínculos com o imperialismo.

Todas as conquistas sociais e democráticas da classe operária são atacadas, aumentando a exploração dos trabalhadores e particularmente das mulheres: privatizações, destruição de leis trabalhistas, questionamento das convenções coletivas, dos direitos à educação e à proteção social, dos direitos à saúde, provocando a resistência dos trabalhadores com suas organizações.

Os delegados à 9ª Conferência Mundial Aberta (CMA) saúdam e apoiam o combate em defesa da Seguridade Social em escala internacional e em cada país.

O direito de greve é questionado sistematicamente.

A independência das organizações sindicais é atacada e ameaçada de destruição através de sua integração.

Os trabalhadores e povos, em toda a parte, buscam bloquear essa ofensiva para defender seus direitos vitais, suas conquistas sociais, a soberania nacional nos países oprimidos, engajando novas forças na resistência à política do imperialismo. Uma política de decomposição que atinge particularmente a juventude, empurrando-a para a precariedade, a guerra e a migração.

Para além das situações nacionais, essa resistência sofre pressões que se exercem sobre os dirigentes do movimento operário e popular para que aceitem, acompanhem e até mesmo participem de todos os golpes preparados e dados pelos distintos governos a serviço do capital, com o argumento de que “não há outra alternativa”.

A CMA considera, ao contrário, que a ruína e o caos aos quais o regime capitalista empurra a humanidade não são inevitáveis, como demonstraram 80 oradores que se pronunciaram durante esses três dias. Todas essas intervenções expressaram a resistência dos trabalhadores e povos com suas organizações que, em seu próprio terreno, o da luta de classe, procuram abrir uma saída.

Diante dessa situação, a CMA saúda todos os combates dos trabalhadores e povos oprimidos por seus direitos. Ela considera que nada é mais importante do que ajudar a preservar ou reforçar a independência das organizações da classe operária e da juventude e todos os processos em curso de resistência no interior do movimento operário, como explicaram muitos oradores.

Desta conferência, da riqueza dos debates e da qualidade dos participantes, afirma-se a necessidade de manter o contato, do intercâmbio de informações e de prosseguir a discussão aberta entre todos os participantes. A unidade dos problemas enfrentados, a solidariedade internacional e a ajuda ao combate travado em cada país, confirmam essa necessidade.

Em 4 de janeiro de 1991, na conferência de fundação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos em Barcelona, era adotado o seu manifesto que afirmava a confiança dos participantes “na capacidade dos trabalhadores do mundo inteiro de se libertar das cadeias da exploração

e opressão, na sua capacidade de construir um mundo onde a colaboração harmoniosa entre as nações e os trabalhadores substituirá esse mundo de barbárie que aumenta cada vez mais (...)”.

Esta CMA faz suas também as conclusões da precedente 8ª CMA de Argel de novembro de 2010 e reafirma: “Essa confiança é reforçada pelos acontecimentos: apesar de todos os sofrimentos e de todas as destruições, a vontade de resistência e de combate dos trabalhadores e povos que não aceitam desaparecer permanece sendo o elemento essencial sobre o qual repousa o futuro da humanidade (...)”.

Nós reafirmamos: a paz e a fraternidade entre os trabalhadores e os

**“É por isso que apoiamos a proposta da coordenação do AcIT de examinar a possibilidade de, nos meses vindouros, representantes de todos os países presentes possam novamente reunir-se para constituir um Comitê internacional de ligação da 9ª CMA, para prosseguir o intercâmbio entre nós, organizar as ações comuns e a solidariedade internacionais.”**

povos só pode ser realizada por eles próprios. Ela só pode ser realizada sobre a base da satisfação de suas necessidades fundamentais que se chocam com aquelas da classe dos exploradores, portadora da guerra e da ruína.”

Por isso, nós apoiamos a proposta da coordenação do AcIT de estudar a possibilidade de que, nos próximos meses, representantes de todos os países presentes possam novamente reunir-se para constituir o Comitê internacional de ligação da 9ª CMA, para assegurar o intercâmbio entre nós, organizar as ações comuns e a solidariedade internacional.

Contra a guerra e a exploração  
Em defesa:

- dos direitos socioeconômicos dos trabalhadores e da juventude;
- da independência das organizações sindicais;
- das liberdades democráticas;
- da soberania dos povos e das nações.

Argel, 10 de dezembro de 2017.

# A PALAVRA COM OS PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA DE ARGEL

Vindos de todos os continentes em busca da ação comum

## PALESTINA: IMAN ABUSALAH (FRENTE SINDICAL DA CISJORDÂNIA)



“O movimento sindical está retrocedendo por causa da Autoridade Palestina (AP) que tenta controlá-lo, em acordo com os patrões. A AP permitiu a privatização de setores como eletricidade, água e comunicações. A repressão à ação sindical apareceu em questões como a da reforma da Seguridade Social, que combatemos.

Sabemos que o Hamas controla a Faixa de Gaza e a AP controla a Cisjordânia. Na situação atual eles estão obrigados a aproximar-se, mas na vida cotidiana não sentimos diferença.

A situação das mulheres, por exemplo, que são 11,6% das pessoas empregadas no setor privado e 19,4% no público, é marcada pelo desprezo a seus direitos trabalhistas. O salário mínimo é de cerca de 400 dólares, mas muitas mulheres ganham pouco acima de 100 dólares. Seu direito à licença maternidade não é reconhecido e mesmo com igual trabalho que os homens não tem salário igual.

Já as mulheres que trabalham nos territórios ocupados (Israel, NDT), em trabalho doméstico ou agrícola, sofrem mais violência ainda do que as que trabalham em Gaza ou na Cisjordânia, gastando muito tempo para chegar ao trabalho ao passar por postos de controle ou tentando evitá-los.

É a segunda vez que participo numa Conferência Mundial Aberta. Constatamos, não sem certo orgulho, como os delegados vindos de todos os continentes afirmaram seu apoio à causa palestina.”

## RÚSSIA: OLEG BULAEV (MILITANTE DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES)

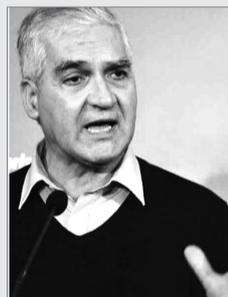


“Depois da era stalinista, o movimento operário perdeu grande parte de sua tradição. Com a queda da URSS, o espectro político ficou de ponta cabeça. Com a crise econômica a burguesia russa está atacando direitos dos trabalhadores, os salários e os trabalhadores imigrantes. Defendemos que estes tenham os mesmos direitos que os trabalhadores russos. Recusamos a divisão dos trabalhadores sobre a base de sua nacionalidade: só há uma classe trabalhadora.

Na Rússia os sindicatos ‘amarelos’, vinculados à administração das empresas, permanecem em geral passivos, ainda que alguns de seus membros tenham experiência e às vezes é possível fazê-los tomar uma posição de defesa dos trabalhadores. Quando encontramos um sindicato independente, nos apoiamos nele, quando não existe, ajudamos os trabalhadores a criá-lo.”

A nossa classe está confrontada em todas as partes com ataques às suas conquistas. As guerras são parte de uma estratégia contra os trabalhadores, criando migrantes e exigindo de nossa classe renunciar às suas conquistas”.

## PORTUGAL: JOÃO VASCONCELOS (DEPUTADO DO BLOCO DE ESQUERDA)



“O governo português é fruto da maioria parlamentar obtida em 2015 pelo Bloco de Esquerda, o Partido Socialista e o Partido Comunista. Um acordo mínimo para tirar a direita do poder e deter a degradação do país, anulando medidas de redução de direitos, melhorando a renda da família trabalhadora.

Nesses dois anos se aprovou uma lei de Finanças que alivia a carga fiscal das famílias, mas o orçamento não responde às necessidades dos serviços públicos.

Isso porque o governo e o Partido Socialista estão submetidos a Merkel (governo alemão, NDT) e a Bruxelas (sede da União Europeia, NDT).

O Bloco de Esquerda reclama, mas temos apenas 10% do eleitorado. Pressionamos por medidas mais favoráveis aos trabalhadores, via uma revisão do Código de Trabalho. As companhias elétricas têm lucros enormes, que queríamos diminuir em favor da população. Mas o PS rompeu com esse acordo, sendo acusado pelo Bloco de Esquerda de submeter-se aos interesses dos grandes desse mundo”.

## VENEZUELA: RAÚL ORDÓÑEZ (DEPUTADO CONSTITUINTE)



“A soberania nacional é intolerável para o imperialismo. Ganhamos um respiro com a eleição da Assembleia Nacional Constituinte, mas é claro que o governo dos EUA não aceita e endurece o bloqueio contra a Venezuela.

O governo Maduro está submetido a pressões contraditórias, mas é um muro de contenção contra a ofensiva do imperialismo. Em 2016 sofremos com um ciclone, com o bloqueio dos EUA e o golpe no Brasil. Apesar disso, as conquistas do povo venezuelano foram mantidas

O fato da conferência de Argel ter tomado posição pela defesa da soberania das nações é um ponto de apoio para a nossa luta na Venezuela.”

## NÍGER: SAIDU ABDU (SINDICATO NACIONAL DE TRABALHADORES DO PETRÓLEO)



“Na multinacional que nos emprega não existia qualquer convenção coletiva. Criamos o sindicato em 2013 para exigir tabelas salariais, aumentos e melhoria nas condições de vida, como o seguro de saúde, alojamento e alimentação. Tivemos dirigentes demitidos e decidimos ir à greve até que obtivemos as reivindicações e a anulação das demissões. Trabalhadores de outras empresas subcontratadas nos seguiram e

tivemos que fazer novas greves.

Os dirigentes políticos não são conscientes do que está em jogo com o controle do petróleo pelas multinacionais. Os dirigentes sindicais têm a responsabilidade de ajudar os trabalhadores a tomar consciência da situação e a defender-se. Aproveito para felicitar o Acordo por nos permitir estabelecer novas perspectivas para lutar contra a exploração e a guerra em nosso setor.”

## ARGÉLIA: BUALEM AMURA (SINDICATO AUTÔNOMO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO)



“Penso que os trabalhos da conferência tiveram total êxito, tanto do ponto de vista organizativo, quanto pela qualidade dos participantes vindos de 42 países. Houve um intercâmbio frutífero entre todos e aprendemos muito das experiências de nossos companheiros e companheiras.

É preciso manter o contato para que continuemos a lutar juntos. Sabemos que nem a paz, nem a prosperidade serão para já, num mundo governado por loucos engajados em guerras com fins comerciais. Somente a luta

e a união dos povos poderão deter essa corrida desenfreada de armamentos e exploração. Missão difícil, mas não impossível.

O mundo está em perigo e devemos federar nossas forças para criar uma sinergia que faça frente a todos os aventureiros que querem convertê-lo num inferno ao invés de um porto de paz”.

# Até 24 de janeiro: 1º round da luta de 2018

Em todo país se organiza a defesa de Lula, do PT e dos direitos

Reunido no final de 2017, o Diretório Nacional do PT (ver box), diante da ação do Judiciário para inviabilizar a candidatura Lula – comprovada pelo TRF 4 ao marcar para 24 de janeiro, atropelando a fila, o julgamento do recurso de Lula – decidiu dar a largada na mobilização contra este fraudulento processo. O plano de ação adotado culminava em 24 de janeiro, com uma grande mobilização em Porto Alegre (sede do TRF 4), além de atos nas capitais e outras cidades.



Com ou sem condenação na farsa judiciária, Lula presidente

milância permite construir este 1º round do combate em 2018. Nela o PT deve se apoiar e prosseguir, a partir de 25 de janeiro, a luta para barrar a ofensiva golpista, seja na retirada de direitos trabalhistas ou na pretendida votação da Previdência em 19 fevereiro, seja cassando o direito da maioria do povo trabalhador votar em quem quer votar, em Lula para presidente, como mostram Caravanas e as pesquisas.

Misa Boito

## A militância reagiu de pronto

A reação dos petistas foi de organizar o combate. Em todo o país, reuniões de diretórios e plenárias de militantes começaram a transformar as sedes do PT em Comitês Pró Lula e a organizar, com outras forças, os Comitês populares pela democracia e o direito de Lula ser candidato. Listas de militantes de estados mais próximos (sul e sudeste), dispostos a ir a Porto Alegre começaram a ser feitas e com a confecção de camisetas, rifas e listas de contribuição, iniciaram a coleta para custear os ônibus.

Demonstração viva de que a militância petista não titubeia em defender seu partido e garantir a candidatura Lula, com a consciência de hoje isto concentra a defesa dos trabalhadores e da nação, contra as investidas do governo golpista e das instituições, como o podre Judiciário.

## No meio do caminho, uma confusão

O ânimo da militância com a con-

signa “Rumo a Porto Alegre”, tem toda razão de ser. Não é ilusão no Judiciário, é a consciência de que é um jogo de cartas marcadas, e a vontade de gritar a todo o país, e ao mundo, que o Judiciário é o vetor da fraude para retirar Lula da disputa.

Pouco a pouco, desde a Frente Brasil Popular e da cúpula do PT começou a se modificar a agenda. Até que no dia 8 de janeiro, uma reunião com centrais sindicais e movimentos sociais decidiu, sem uma explicação pública, concentrar as atividades na capital gaúcha no dia 23, tirando a centralidade do “Rumo a Porto Alegre”. E o 24 foi transformado em dia de atos nas capitais, com anúncio da presença de Lula em São Paulo. Um certo recuo político do confronto à farsa do Judiciário, isto causou confusão e inquietou a militância preparada para estar em Porto Alegre no dia 24.

Em qualquer caso, a disposição da

## RESOLUÇÕES DO DN-PT

O DN-PT (15/16 dezembro), além da resolução de conjuntura, reafirmando a perspectiva de um governo Lula, com Constituinte, e o plano de ação, adotou uma resolução eleitoral.

À véspera do DN, o presidente do PT Alagoas, Ricardo Barbosa, em nota, punha fim a qualquer discussão para o PT voltar ao governo de Renan Filho (PMDB). A campanha contra a decisão do DR-AL de retornar ao governo estadual, para a qual concorreu decididamente o Diálogo e Ação Petista, ajudou a interromper este desastre. Mas, a questão das alianças não está resolvida. A decisão do 6º Congresso do PT estabelece uma política de alianças com setores “anti-imperialistas, antimonopolistas e antilatifundiários” mas, permanece a pressão para repetir a política anterior. No DN isto se manifestou na tentativa de deixar a “rédea solta”, sem menção à questão. A emenda que repunha o sentido geral da decisão do 6º Congresso ao dizer que “o núcleo central de nossas alianças os partidos e personalidades que combateram e votaram contra o golpe, que combateram e votaram contra as medidas golpistas, que defendem a revogação das medidas dos golpistas”, foi combatida por alguns dirigentes da CNB. Na votação estes dirigentes obtiveram quatro votos e a emenda foi adotada. Mas o problema está longe de ser resolvido, como mostra o texto adotado.

O DN decidiu adiar para 2019 o plebiscito sobre o PED decidido no 6º Congresso, medida necessária para concentrar toda energia do partido na luta da classe trabalhadora, e confirmou o Congresso da Juventude PT para 2018.

# O povo em congresso?

## Indagações sobre uma proposta da FBP

A declaração da 2ª Conferência da Frente Brasil Popular (10/12/17) reafirma seus compromissos e defende “o direito de Lula ser candidato”. Mas seu programa se limita a uma vaga “luta capaz de criar a correlação de forças favorável a oportuna convocação de uma constituinte” - um dia, quem sabe, podia se acrescentar... - bem aquém das posições pela Constituinte Soberana no futuro governo Lula, adotadas em congressos do PT, da CUT, da UNE, UBES, e Consulta Popular, mas não do PCdoB.

Na verdade, a única proposta da Declaração é “um grande mutirão de trabalho de base utilizando uma metodologia de educação popular em todo o território nacional que culminará no Congresso do Povo. Politizar o processo eleitoral em torno da necessidade de um pro-

jeto de nação e avançar no enraizamento da Frente Brasil Popular constituem as metas sínteses do Congresso do Povo”. Um anexo fala de “congressos populares em âmbito local, municipal e estadual, culminando em um grande encontro massivo no meio do ano” - “100 mil no Maracanã”, segundo Stédile (MST) - a começar pela “reunião de formadores para a construção da metodologia do Congresso, no início de fevereiro”.

O que é esse congresso? Falta clareza. Questionados, os proponentes, conforme sua filiação, dão conteúdos diferentes - pedagógico, ideológico, eleitoral...

## Quem fala em nome do povo

O povo vai lá ou se fará representar - como? Ou será um encontro de militantes políticos e partidários,

como a FBP? Mas, nesse caso, mesmo dirigindo entidades, eles não têm mandato para falar em nome do “povo brasileiro”.

Por outro lado, não se indica um processo de auto-organização do povo para o mês que vem, até por falta de condições de algo com tal dimensão revolucionária.

Então, é para o que esse congresso?

Na publicação da FBP, Raimundo Bonfim (CMP) é mais direto: “O Congresso do Povo também tem entre os seus objetivos incidir na disputa eleitoral. ‘Nós vamos aprovar um projeto unificado para comprometer todos os candidatos do campo democrático com uma plataforma mínima”.

Vários problemas vêm daí: por que Lula e o PT, deveriam aceitar esse quadro, a FBP, para definir seu

projeto? Por outro lado, não estariam a CUT e outras entidades representativas virando uma “frente eleitoral”? E, com o novo governo, como ficaria a “autonomia das entidades sindicais e populares”, predicado básico da fundação do PT e da CUT?

Por fim, enquanto se discute isso nas entidades, há um problema prático: um “processo congressual” agora, colidiria com a prioridade de defesa da candidatura de Lula, pois joga a militância na disputa “interna” que desvia energia da luta para fazê-lo candidato, disputar, vencer e tomar posse, contra o golpismo.

Um feito que abriria terreno para a Constituinte com representantes mandatados pelo povo, e um impulso para, com apoio da FBP, avançar rumo à auto-organização do povo.

Markus Sokol

# Crime de lesa-pátria na Petrobras

## Acordo com acionistas estrangeiros é vergonhoso

O golpista Pedro Parente, que preside a Petrobras, fez um acordo bilionário com acionistas estrangeiros para pagar indenização de 3 bilhões de dólares (quase R\$ 10 bilhões) para que retirem ação judicial (na corte dos EUA) contra a Petrobras alegando “corrupção”.

O valor acordado é muito superior aos R\$1,5 bilhões denunciados pela Lava-Jato como desvio de verbas (e devolvidos à Petrobras). Parente se ajoelha diante dos investidores estrangeiros, drenando suas receitas para seus interesses.

Subordinação que começou no governo FHC, quando a gestão da Petrobras (da qual Parente fazia parte) abriu o capital da empresa na Bolsa de Nova York (NYSE), vendendo 36% de suas ações a preço de banana para “captar recursos”. Medida que preparava a privatização da empresa e que invertia sua lógica de gestão: servir aos especuladores estrangeiros, ao invés de atender aos interesses do Brasil.

O lançamento de ações da Petrobras na NYSE tornou-a jurídica e politicamente vulnerável nos EUA – pois são os juízes de lá que decidem. Não por acaso, nenhuma outra grande estatal petrolífera tem ações em Nova York.

Fundos de hedge (especuladores) viram no show da “Lava-Jato” uma oportunidade para achacar a Petrobras. Agindo como “fundos abutres” - especializados em comprar por uma ninharia papéis de empresas



ou países em dificuldades, para depois entrar com ações bilionárias na Justiça de NY - utilizaram-se de advogados (da Rosen Law Firm) influentes na corte local. Os mesmos, aliás, que chantagearam a Argentina na renegociação de sua dívida externa (no governo Cristina Kirschner).

Seguindo a toada, acionistas minoritários decidiram também entrar com ações contra a Petrobras aqui no Brasil. Reivindicam uma indenização de R\$ 20 bilhões. Ou seja, ao forçar a Petrobras a capitular aos “abutres” na Bolsa de Nova York, Parente permitiu uma revoada de urubus, pequenos e grandes no Brasil e mundo afora.

### Quebrar a Petrobras para entregá-la aos gringos

O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta, entrou no início do ano com uma representação na Procuradoria-Geral da República pedindo investigação da legitimidade do acordo feito pela Petrobras com a Justiça nos Estados Unidos.

Pimenta afirma que “a forma como o Moro, o Dallagnol trataram a Petrobras foram fundamentais para instruir essas ações. Então há uma conexão direta entre os interesses norte-americanos e os interesses daqueles lesa-pátria da Lava Jato que criaram as condições jurídicas para que o Brasil fosse saqueado”.

A ação do governo e da mídia golpista tem sido de constantes ataques à estatal para desmoralizá-la junto ao público, enfraquecê-la financeiramente, sucateá-la com constantes desinvestimentos.

A gestão Parente usa a mesma falsa desculpa de “dificuldade financeira” para se desfazer de partes da empresa, vendendo ativos altamente rentáveis (NTS, Liquigás, Gaspetro etc.), e cortando investimentos (causando perdas de R\$ 200 bilhões, segundo a Associação dos Engenheiros).

Mas o fato é que a Petrobras tem grande capacidade de geração operacional de caixa (acima dos US\$ 25 bilhões anuais, nos últimos cinco anos), mais que suficiente para fazer frente à sua dívida líquida (inferior a US\$ 100 bilhões).

Com a descoberta do pré-sal, a empresa passou a ser o principal objeto da cobiça das grandes petroleiras mundiais, que estão – elas sim - em dificuldades financeiras devido à forte queda das reservas de seus poços. É isso que está por trás da ira contra a Petrobras, que vai desde o próprio golpe, da ação orquestrada entre a Lava-Jato e a mídia, da quebra da lei da partilha até a venda de ativos e sucateamento da empresa – passando pelo fechamento de unidades fabris, demissão de funcionários contratados e perda de direitos dos trabalhadores.

Alberto Handfas

# Boeing quer comprar Embraer com permissão de Temer

## E golpistas não escondem sua vontade de vendê-la

A Boeing anunciou no final de 2017 que está negociando a compra da Embraer. A proposta não se restringe apenas à área de aviação comercial, mas inclui sobretudo a divisão de aeronaves militares da empresa.

A gigante norte-americana é a maior produtora de aviões do mundo, atuando no ramo de grande porte. Ela quer agora adquirir a brasileira (a maior produtora de aviões regionais) para se contrapor à sua rival no ramo de grande porte, a europeia Airbus - que fechou parceria com a canadense Bombardier (também atuante no ramo regional).

A Boeing propõe à Embraer uma parceria na área militar que supostamente daria “salvaguardas de soberania aos países”. A área de defesa da Embraer é responsável por quase 20% de seu faturamento e é

o celeiro de inovação na empresa, com especialização compartilhada com os militares. O cargueiro tático Embraer KC-390 só avançou porque o governo brasileiro investiu R\$ 6 bilhões e se comprometeu a comprar 28 aeronaves do modelo. E ele tem sido motivos de forte rivalidade com os Hercules, coproduzidos pela Boeing. Em 2015, por exemplo, uma forte concorrência desleal ocorreu quando o governo dos EUA pressionou o governo de Portugal para abandonar a compra dos KC-390, oferecendo em troca ajuda militar ao país europeu e a substituição por Hercules renovados.

A Embraer era uma empresa estatal num ramo altamente estratégico, sendo terceira maior fabricante de aviões comerciais do mundo e a única empresa no hemisfério sul a controlar por completo todos os estágios

de produção - do projeto à execução, passando pelo desenvolvimento tecnológico. Foi privatizada por Itamar e seu ministro da Fazenda, FHC, em 1994. Mas até hoje o governo brasileiro segue possuindo uma “golden share”, uma ação que lhe dá o direito de veto nas assembleias dos acionistas. Poderia, se quisesse, vetar sua venda à Boeing.

### Rapinagem

Contudo, os golpistas pretendem vendê-la. O ministro da Defesa, Jungmann, admitiu que o governo, mesmo mantendo sua “golden share”, intenciona permitir a venda da Embraer à Boeing, incluindo a divisão militar da empresa.

Mas é notável que, já em setembro de 2017, o ministro da Fazenda Meirelles havia, como que “por acaso”, consultado o Tribunal de Contas da

União sobre a possibilidade de o governo se livrar das “golden shares” na Embraer, na Vale do Rio Doce e no Instituto de Resseguros do Brasil.

O interesse da Boeing é acabar com a concorrência da Embraer, além de se apropriar de todo o acúmulo tecnológico e científico brasileiro produzido por décadas de fortes investimentos estatais e esforço de milhares de trabalhadores, técnicos e engenheiros dedicados à formulação de ações e produção de tecnologia e inovação. Mesmo o argumento usado de que a aquisição pela Boeing traria investimentos e empregos é, no mínimo, muito duvidoso. As multinacionais norte-americanas têm fechado empresas em outros países, como no México, para reinstalá-las nos EUA.

A.H.

# Peru: PPK se salva mas crise se aprofunda

Conivência da “esquerda” e acordo com Fujimori dão sobrevida ao governo

Em 21 de dezembro, numa sessão que durou mais de 13 horas, o Congresso do Peru rejeitou a destituição do presidente do país, o banqueiro Pedro Pablo Kuczynski, conhecido por PPK, acusado por corrupção. Foram 79 votos a favor (eram necessários 87), 19 contra e 21 abstenções.

Kuczynski foi eleito em segundo turno, em junho de 2016, derrotando por estreita margem a também direitista Keiko Fujimori – filha do ditador Alberto Fujimori, presidente do Peru entre 1990 e 2000 e depois foi condenado a 25 anos de prisão por assassinatos e sequestros, crimes de lesa-humanidade.

No governo de Alejandro Toledo (2001 a 2006), Kuczynski era ministro da economia e, no quadro do saqueio das riquezas nacionais do Peru, recebeu da Odebrecht 782 mil dólares por meio de sua empresa Westfield Capital e outros 4 milhões de dólares pela First Capital.

Kuczynski negou as acusações, mas, depois de uma delação da Odebrecht, o partido de Keiko Fujimori, Força Popular (FP), pediu sua destituição pelo Congresso. Parecia fácil pois a FP tem 71 dos 130 deputados e outras formações de oposição dariam os votos necessários.

No entanto, o grupo da ex-candidata presidencial Verónica Mendoza de “Nuevo Perú”, que se apresenta como “esquerda”, se absteve e seus 10 votos foram cruciais para salvar o pescoço de Kuczynski.

Além disso, o irmão de Keiko, deputado Kenji Fujimori, também da FP, votou contra a destituição, arrastando



A Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) prepara paralisação nacional contra PPK

10 votos de seu partido. O gesto foi retribuído três dias depois, véspera do natal, quando, Kuczynski concedeu indulto ao ex-ditador, Alberto Fujimori.

## Reação popular

Imediatamente uma reação popular se estendeu pelo país, milhares de manifestantes tomaram as ruas de Lima e outras cidades, com a participação da Central Geral dos Trabalhadores do Perú (CGTP). Ministros se demitiram, parlamentares anunciaram seu rompimento com o governo.

Como explica o jornal “El Trabajo”, em cuja redação participam militantes da 4ª Internacional no Peru, “o cenário está marcado pelo aprofundamento da crise do governo. A maioria dos votos pela destituição ou contra

a destituição não têm um programa contraditório: esses partidos aceitam as diretrizes do FMI, as privatizações, o pagamento da dívida externa, as contrarreformas trabalhistas, a destruição dos direitos dos trabalhadores. No contexto ‘parlamentar’, a salvação de Kuczynski em troca do indulto a Fujimori significa unicamente que todos querem salvar temporariamente o governo agonizante de PPK para que ele continue aplicando os planos em favor do FMI e do grande capital”.

O pano de fundo da crise são as mobilizações dos trabalhadores que lutam por suas reivindicações e resistem às medidas de PPK desde sua posse, como foi o caso da maciça greve dos professores que, há poucos meses, abalou o país e colocou o governo nas cordas, de onde ele

ainda não saiu.

É nessas condições, prossegue “El Trabajo”, que “a conquista das reivindicações exige a defesa da independência de classe frente ao governo e ao patronato, razão pela qual a direção da CGTP deve retirar-se da armadilha de colaboração de classes que é o Acordo Nacional para a Governabilidade. Apoiamos a resolução da CGTP de lutar pela convocação de uma Assembleia Constituinte articulando a luta pelas reivindicações com a defesa da nação e, como propõe a Federação Mineira, realizando uma paralisação nacional de 72 horas ligada à orientação de abaixo o governo corrupto de PPK”.

Edison Cardoni

## Intervenção militar externa na Venezuela?

Multiplicam-se artigos e opiniões nesse sentido

Nem bem começou o ano de 2018 e uma série de artigos de opinião foi publicada em jornais de todo o mundo advogando uma intervenção militar de países vizinhos na Venezuela.

A ideia não é nova, mas é relançada diante do fracasso da oposição interna do país em todas as suas tentativas de derrubar o presidente Nicolás Maduro, cujo governo, especialmente a partir da convocação e instalação da Assembleia Constituinte, retomou a iniciativa política.

A tese que ganhou destaque foi a de Ricardo Hausmann, ex-ministro do Planejamento da Venezuela (1992-93) e economista de Harvard (EUA), num artigo reproduzido em vários países (a Folha de São Paulo o publicou em 4 de janeiro).

Hausmann defende uma “intervenção feita por uma coalizão regional de forças”, a qual seria solicitada pela Assembleia nacional, controlada pela oposição. Ele sugere “forças regionais”, pensando nos regimes pró-imperialistas do Brasil, Colômbia, Argentina e Peru, pois isso dispensaria autorização do Conselho de Segurança da ONU (onde Rússia e China poderiam vetar tal aventura).

Não faltaram declarações de governos sul-americanos, inclusive do chanceler golpista Aloysio Nunes do Brasil, descartando tal hipótese. Mas “onde há fumaça há fogo”.

Recordemos que tais governos reacionários da região caracterizam o governo Maduro como uma “ditadura” que atropela direitos humanos. O próprio Donald Trump, em

agosto de 2017, já havia falado em intervenção militar como opção para a Venezuela.

## Tirem as patas da Venezuela

Cabe ao povo venezuelano e somente a ele a decisão sobre seu próprio destino, por isso é inaceitável qualquer tipo de intervenção militar estrangeira no país vizinho, seja dos Estados Unidos, seja dos governos submetidos a ele na América do Sul.

Um outro tipo de pressão que se intensifica, é a do bloqueio econômico encoberto praticado pelos Estados Unidos contra a Venezuela e sua principal empresa estatal que é a petroleira PDVESA (ver OT 819).

A responsabilidade das organizações dos trabalhadores e dos povos oprimidos de todo o mundo é a de



Manifestação em Caracas em agosto de 2017

defender a soberania da Venezuela contra qualquer agressão imperialista ou de seus lacaios.

Lauro Fagundes

# Liberdade para os presos catalães!

Resultado das eleições decretadas por Madri aumentam a crise política

O governo da monarquia, que colocou sob tutela as instituições catalãs convocando eleições regionais em 21 de dezembro, marcou a posse do novo Parlamento catalão para 17 de janeiro.

Essas eleições de dezembro foram convocadas para derrotar as forças políticas partidárias da independência ou do direito à autodeterminação.

Tudo estava planejado para tanto, mas os partidos nacionalistas obtiveram 70 deputados sobre o total de 135, logo, fizeram a maioria, mesmo não tendo a maioria dos votos em razão da lei eleitoral que privilegia as regiões rurais.

Assim, em eleições chamadas pelo governo central de Madri, de todo o modo os resultados foram uma derrota para a monarquia e suas instituições.

## O aparelho judiciário contra o povo catalão

Em 4 de janeiro, o vice-presidente do governo catalão anterior, Oriol Junqueras, preso desde 2 de no-

vembro de 2017, fez um apelo ao Tribunal supremo exigindo a sua libertação. Mas os juízes decidiram mantê-lo na prisão por razões exclusivamente políticas: segundo o juiz Llarena, trata-se de prejudicar a maioria nacionalista do Parlamento catalão.

De fato, dos 70 deputados favoráveis à independência, três estão presos e cinco estão refugiados em Bruxelas. Está aberto um conflito: eles poderão participar da sessão parlamentar de 17 de janeiro ou serão obrigados a ceder seu lugar na lista?

É um verdadeiro imbróglio político-jurídico. Mas o fundo da questão é que o regime da monarquia é incompatível com os direitos dos povos e a organização independente dos trabalhadores.

## A monarquia no centro

A imprensa defensora do regime, ou seja, a quase totalidade dela, faz uma campanha desenfreada de apoio à monarquia, ao rei e a seu pai Juan Carlos, que abdicou



Manifestação em Barcelona pela liberdade dos presos políticos

há quatro anos.

Na ocasião do 80º aniversário do Bourbon (família real espanhola, NDT) pai, grandes festividades e pomposas homenagens foram organizadas e divulgadas em todo o país, dizendo que Juan Carlos instaurou a democracia na Espanha ao renunciar aos poderes absolutos conferidos por Franco.

É evidente que Juan Carlos não tinha poderes absolutos, pois ele e seus conselheiros fizeram tudo para integrar ao poder as direções dos aparelhos que se reclamavam do movimento operário assim como os nacionalistas, principalmente catalães (em particular o partido de Jordi Pujol atualmente dirigido por Puigdemont que rom-

peu o pacto constitucional).

A situação, aparentemente sem saída, na qual se encontra o país obriga todas as forças submissas ao capital financeiro a colocar no centro a defesa da monarquia. O regime está nu.

Por isso é do interesse dos trabalhadores e dos povos do Estado espanhol restabelecer os vínculos de solidariedade e de lutas conjuntas, colocando no centro a ligação entre as reivindicações sociais e democráticas, e de imediato as palavras de ordem de libertação incondicional dos presos políticos, fim das perseguições judiciais e retirada do artigo 155, que justificou a intervenção do governo central na Catalunha.

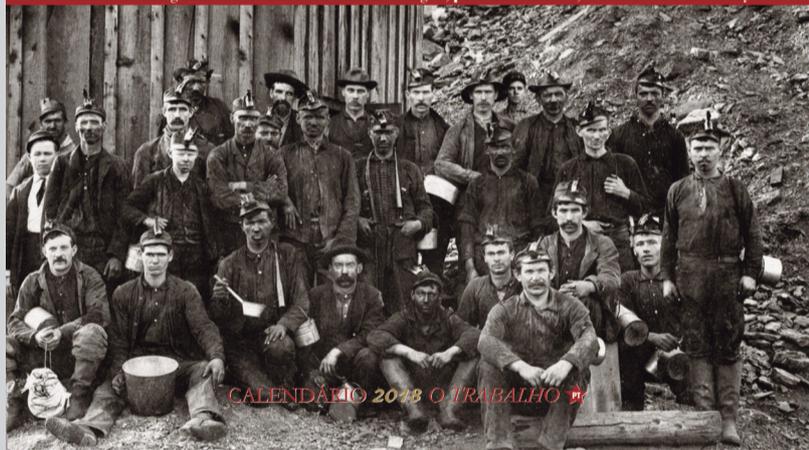
Angel Tubau

AINDA É TEMPO. ADQUIRA SEU CALENDÁRIO 2018!

## MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

170 anos

A atualidade da genial obra de Karl Marx e Friedrich Engels, publicada em 1848, com texto de Leon Trotsky



CALENDÁRIO 2018 O TRABALHO

Durante as próximas duas semanas, os leitores do nosso jornal ainda poderão contribuir com nossa campanha financeira, adquirindo o calendário de 2018; uma publicação muito especial.

Sim, pois neste ano em que se comemora os 200 anos do nascimento de Karl Marx o nosso calendário homenageia os 170 anos da primeira edição do Manifesto do Partido Comunista.

Em suas 28 páginas, com 16 reproduções de gravuras, fotos e também textos extraídos do texto "90 anos do Manifesto Comunista" de 1937 escrito por Leon Trotsky, o leitor poderá constatar a espantosa atualidade de um texto que Marx juntamente com Engels chamou de "um programa teórico e prático do partido".

Além de uma justa homenagem, a arrecadação com o calendário é a forma pela qual preservamos nossa independência financeira, pilar da independência política de uma organização de trabalhadores, um dos ensinamentos do Manifesto Comunista.

O leitor ainda pode ter seu exemplar. Basta procurar os militantes da Corrente O Trabalho do PT e discutir o valor de sua contribuição ou solicitar um exemplar através dos nossos canais de comunicação.

## NÃO HÁ SAÍDA COM A MONARQUIA

Em 23 de dezembro de 2017, a seção da 4ª Internacional na Espanha, Partido Operário Socialista Internacionalista (POSI), divulgou a declaração intitulada "O povo catalão infringiu uma derrota à monarquia e suas instituições".

Em sua conclusão podemos ler:

"Não há saída no quadro constitucional monárquico. Os partidos que dizem defender os interesses dos trabalhadores e da democracia estão colocados diante da seguinte alternativa: ou continuar agarrados à defesa desse regime, de seus privilégios e de sua corrupção generalizada, ou encabeçar a resistência para acabar com ele, junto com seu governo, e abrir a via para a república, para a República catalã livre, para a República basca livre, para a União livre das repúblicas soberanas."

## Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R\$45,00 ■ 24 edições: R\$90,00 ■ 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Tel.: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79  
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo  
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br